



## **Perspectivas da Educação Inclusiva a partir do Projeto Político Pedagógico<sup>1</sup>**

**Andrezza Santos Flores**

*Mestranda no Programa de Pós-Graduação Ensino e Processos Formativos na Unesp, Ibilce, São José do Rio Preto, SP  
andrezzaflores6@gmail.com*

**Solange Vera Nunes de Lima D'Água**

*Doutora em Educação. Professora na Unesp, Ibilce, São José do Rio Preto, SP  
soldagua@uol.com.br*

**Harryson Júnior Lessa Gonçalves**

*Doutor em Educação Matemática. Professor na Unesp, Faculdade de Engenharia, Ilha Solteira, SP  
harryson@bio.feis.unesp.br*

### **RESUMO**

O presente trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado que está em andamento, no qual tem por objetivo identificar no Projeto Político Pedagógico (PPP) de uma escola pública estadual localizada no noroeste paulista, como a inclusão perpassa o documento, além de investigar como questões relacionadas à diversidade são destacadas, tendo em vista uma escola plural. O estudo é de caráter descritivo e qualitativo, onde foram desenvolvidas categorias de análise que versaram sobre trechos destacados no documento. Dessa forma, foi possível pontuar que o PPP destaca o respeito à diversidade, desde étnico-cultural, social e econômica até os alunos com deficiência. As funções desencadeadas para Gestão Escolar são destacadas, estabelecendo metas e ações a serem aplicadas, enfatizando a necessidade de um trabalho em conjunto entre a escola e a comunidade, para inserção do aluno com deficiência na sociedade e promovendo uma educação de equidade para todos.

**Palavras chave:** Análise Documental. Diversidade. Educação Inclusiva. Projeto Político Pedagógico.

## **Perspectives of the Inclusive Education from the Pedagogical Political Project**

### **ABSTRACT**

This work is a cut of the master's research that is underway, in which the objective is to identify in the Political-Pedagogical Project (PPP) of a state public school located in the northwest of São Paulo, how inclusion pervades in the document, as well as investigate how issues related to diversity are highlighted, in view of a plural school. The study is descriptive and qualitative in nature, where categories of analysis were developed that dealt with the highlighted sections of the document. In this way, it was possible to point out that the PPP emphasizes the respect for diversity, from ethnic-cultural, social and economic to students with special needs. The functions set for School Management are highlighted, with the establishment of goals and actions to be applied, emphasizing the need to work together with the school and the community, to insert the special student in society, promoting an education of equity for all.

**Keywords:** Documentary Analysis. Diversity. Inclusive Education. Political-Pedagogical Project.

## 1 Introdução

Nas últimas décadas, mais precisamente em meados de 1990, a Educação Inclusiva passou a ser mais discutida, assim este tema, que antes era isolado, hoje está presente em debates realizados em congressos e textos da literatura especializada pelo fato de estar apoiada nas políticas públicas, tanto na esfera federal quanto na esfera estadual e municipal ([GLAT; NOGUEIRA, 2003](#)).

As políticas públicas se constituem como mola propulsora no avanço da Educação Inclusiva, dentre elas a Constituição Federal de 1988 estabelecendo que a educação é um direito de todas as pessoas com deficiência, principalmente na rede regular de ensino. Essa garantia está enfatizada no artigo 205, onde:

A educação, direito de todos, e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para exercícios da cidadania e sua qualificação para o trabalho ([BRASIL, 1988, art. 205](#)).

Dessa forma, ao destacar a palavra “todos”, aqueles com deficiência também estão incluídos e tem seus direitos resguardados por lei, tanto na supressão de suas necessidades no ensino quanto na inserção no mercado de trabalho. Além do artigo 205, vale destacar o artigo 208, que no inciso III assegura o Atendimento Educacional Especializado (AEE) as pessoas com deficiência principalmente na rede regular (BRASIL, 1988).

Em 1994, em Salamanca entre 7 e 10 de junho, 88 governos e 25 organizações internacionais, após debates e discussões promulgam a Declaração de Salamanca, sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, na qual se comprometeram com uma educação para todos aqueles com deficiência no sistema regular de ensino ([BRASIL, 1994](#)). Desde então, tal evento passou a ser considerado como um marco da educação inclusiva, contribuindo de sobremaneira para o desenvolvimento de estudos, pesquisas, teorias e práticas em muitos países, inclusive no Brasil ([MENDES, 2006](#)).

[D'Água](#) (2003), ao fazer uma análise nas legislações, informa que tais ocorrências no que tange a evolução no conjunto de políticas públicas contribuíram para o avanço das discussões impulsionado pelos tratados firmados em Salamanca, mas também pelos movimentos e manifestações da sociedade que passaram a lutar pela garantia dos direitos das pessoas com deficiência ao ensino.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96, também garante os direitos das pessoas com deficiência reafirmando o que foi estabelecido pela Constituição Federal de 1988, onde em seu Capítulo V, mais especificamente no artigo 58, não só identificam o que vem a ser a educação especial, bem como priorizam o atendimento nas escolas regulares, no qual também é garantido o AEE ([BRASIL, 1996](#)).

No entanto, antes mesmo da LDBEN de 1996, em 1994 é publicada a Política Nacional de Educação Especial condicionando o acesso às classes comuns do ensino, já a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino ([BRASIL, 2007](#)).

No decorrer desse processo, e com o advento da inclusão social e educacional, é primordial reconhecer a diversidade no âmbito escolar, assim [Gusmão](#) (2000), usa como exemplo uma das obras de arte mais citadas de Tarsila do Amaral, “Os Operários” onde muitos rostos revelam um pouco da diversidade social e cultural do nosso país, apontando para as diferenças nas formas de ser, estar e pensar.

[Oliveira e Leite](#) (2007) afirmam, que a Educação Inclusiva deve ter como base o princípio da igualdade, respeitando as diferenças e garantindo os direitos para atender as necessidades específicas de cada um, considerando que todos são diferentes, suprimindo as desigualdades sociais, culturais e econômicas daqueles que estão a esteio da sociedade e vivem em situações de desvantagem.

A educação, para que seja emancipatória, deve priorizar o desenvolvimento de ações que supram as reais necessidades encontradas no ambiente escolar. Conforme salienta [Mantoan](#) (2003)

As escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima sócio afetivo [...] ([MANTOAN, 2003, p. 63-64](#)).

Segundo [Bauman](#) (2004), para que as metas sejam atingidas com êxito e para que todas as pessoas, incluindo as com deficiência tenham acesso à educação é necessário que a individualidade seja substituída pela coletividade até porque, a escola está dentre as instituições sociais que devem garantir a solidez na modernidade.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico (PPP), instrumento genuinamente coletivo, é uma das ferramentas que ao mesmo tempo em que requer a participação de todos os membros da escola, e até mesmo da comunidade, pode permitir o desenvolvimento de ações para que todos e inclusive para que pessoas com deficiência tenham acesso a uma educação de qualidade.

Assim, ao fazer esse breve levantamento no que tange às políticas públicas que legitimam e normatizam os sistemas educacionais, o presente trabalho tem como objetivo identificar no PPP de uma escola pública estadual localizada no noroeste paulista, como a inclusão perpassa no documento, bem como, investigar como questões relacionadas à diversidade são destacadas, tendo em vista uma escola plural.

## **2 Referencial Teórico**

O instrumento utilizado pela escola para estabelecer metas, objetivos, metodologias, diretrizes curriculares, plano de ensino e as diferentes ações que serão desencadeadas recebe distintas denominações de acordo com o sistema de ensino o qual está inserido: Plano Escolar, Projeto Político Pedagógico, Projeto Educativo, Plano de Gestão Escolar, Plano de Desenvolvimento, Plano Integrado da Escola, Proposta Pedagógica, Proposta Educativa, Projeto Educacional, etc ([SOUZA, 2009](#)).

Posto isto, vale salientar que o documento analisado da escola participante da pesquisa de mestrado é denominado como Plano de Gestão,

tendo como período de vigência de 2015 a 2018, porém, no presente trabalho utilizaremos assim como faz [Veiga](#) (1995) a denominação PPP, visto que [Vasconcellos](#) (2009) declara que em relação à denominação não existe um consenso devido à diversidade da terminologia em que se dá porque a temática do projeto é relativamente nova para muitos educadores.

De acordo com a legislação em vigor, mais especificamente na LDB, o PPP é um documento coletivo produzido pela escola que define a identidade da escola a partir das concepções de educação e dos objetivos delineados pela comunidade escolar por meio de ações previstas na proposta pedagógica ([BRASIL, 1996](#)).

Este documento deve ser avaliado durante o ano e ao longo do período de sua execução, devendo ser uma ação eminentemente coletiva da equipe gestora, professores, apoio técnico, alunos e comunidade, representada principalmente pelos pais. Em concordância com isso, está previsto no inciso I do artigo 14, a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e no inciso II a participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes ([BRASIL, 1996](#)).

Nesse segmento, o PPP torna-se um aliado da comunidade, na medida em que oportuniza a expansão e a garantia dos direitos das pessoas com deficiência no ambiente escolar e mais especificamente no ensino regular. De acordo com [Ropoli et al.](#) (2010) o PPP possibilita o desenvolvimento de ações relacionadas com a articulação dos professores do AEE e os professores da sala comum, considerando as necessidades existentes e buscando o aprimoramento do atendimento dessa demanda.

Em conformidade com [Veiga](#) (1995), ao construirmos projetos planejamos o que temos a intenção de colocarmos em prática, ou seja, o projeto significa lançar-se para adiante em busca de uma direção. Além disso, destaca que o mesmo tem sido objeto de estudo para professores, pesquisadores e instituições educacionais em nível nacional, estadual e municipal em busca da melhoria da qualidade de ensino.

Por outro lado, a elaboração do PPP não deve ser entendida apenas como mais um documento exigido pela burocracia, mas deve representar as concepções e objetivos, que possam demarcar a intencionalidade do grupo de profissionais a partir das necessidades expressas pela comunidade escolar se

caracterizando como um compromisso de todos, por todos e para todos ([SANTOS, 2010](#)).

O PPP da escola deveria ser o foco para que mudanças ocorram, pois um sistema inclusivo depende de um trabalho unificado de toda a equipe escolar. No entanto, isso só será possível a partir de um mapeamento das suas necessidades específicas e da comunidade na qual está inserida. Além da capacitação dos professores nessa nova dimensão, proporcionando uma reflexão sobre os aspectos epistemológicos e metodológicos com transformações da realidade em sala de aula ([OLIVEIRA; LEITE, 2007](#)).

Em suma, o PPP tem a função de definir metas que serão alcançadas, por meio de intervenções necessárias que garantam o cumprimento do que foi estabelecido inicialmente, para que a escola atinja um patamar de equidade ensinando com qualidade. Resignificando a estrutura escolar e, principalmente, a sua cultura para que a mesma inclua todos os alunos sem diferenças e sem distinções.

### **3 Metodologia**

Este trabalho é um recorte da pesquisa de mestrado que está em andamento, sendo a mesma caracterizada como descritiva e de caráter qualitativo. Assim, [Gonsalves](#) (2001) destaca que a pesquisa qualitativa está voltada para a compreensão, com a interpretação do fenômeno considerando o significado que os outros dão às suas práticas. [Bogdan e Biklen](#) (1994), também destacam características deste tipo de pesquisa relatando que o pesquisador dá ênfase aos processos em relação aos produtos. Desse modo, mediante os instrumentos de pesquisa e as fontes de informações que serão coletadas em diferentes momentos e situações no ambiente de estudo, destaca-se a Análise Documental do PPP da escola participante da pesquisa de mestrado.

Segundo [Lüdke e André](#) (1986), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse, sendo uma fonte estável e rica em que os documentos podem ser consultados várias vezes servindo como base a diferentes estudos, além de dar estabilidade aos resultados obtidos.

A pesquisa documental é constituída por fontes primárias e secundárias. As fontes primárias são dados originais produzidos pelas próprias pessoas que os coletaram, sendo a proximidade da fonte com o acontecimento, já as fontes secundárias remetem para aqueles “dados de segunda mão”, ou seja, informações que já foram trabalhadas por outros estudiosos ([GONSALVES, 2001](#)). Dessa forma, o PPP analisado é considerado como fonte primária pelo fato de nunca ter sido explorado.

Os critérios utilizados para levantamento das categorias foram recortes dos trechos referentes a situações que se tratavam de inclusão de alunos com deficiência, tanto no ensino regular, quanto na sala de recursos e diversidades em geral.

Para a análise dos dados optou-se pela análise de conteúdo, por meio da categorização, onde ao classificar os elementos em categorias temos um processo com critérios previamente definidos ([BARDIN, 1977](#)). Deste modo, a análise de conteúdo, enquanto método torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens ([BARDIN, 2009](#)).

#### **4 Resultados e Discussões**

Os resultados obtidos ainda são incipientes, porém, já é possível levar em consideração alguns pontos de extrema importância no que tange as diversidades e a inclusão de alunos com deficiência no sistema educacional.

Com a categorização dos dados, de acordo com o que foi observado no PPP, algumas categorias, relacionadas diretamente ou indiretamente com educação inclusiva, são anunciadas, indicando a possibilidade da ocorrência do projeto ser um aliado na realização da inclusão na escola, tais como: diversidade, diferenças, inclusão, materiais didáticos, necessidades especiais e sala de recursos. No decorrer da análise das categorias foram destacados os tópicos em que as mesmas se encontram no PPP.

Na categoria “diversidade”, foi observado que a escola em questão destaca em alguns tópicos que uma das funções da escola é respeitar as diversidades. Exemplos de trechos nos seus respectivos tópicos:



Respeitar a diversidade dos alunos, como pessoas e como membros de um determinado grupo étnico-cultural e socioeconômico. (Fragmento retirado do tópico “**Fundamentos Didático-Metodológicos**” do PPP da escola investigada, página 27).

O respeito à diversidade tem a ver com o direito de todos os alunos realizarem as atividades fundamentais para o seu desenvolvimento e socialização. Sua concretização em sala de aula significa levar em conta fatores sociais, culturais e a história educativa de cada aluno, suas características de déficit sensorial, motor ou psíquico, ou de superdotação intelectual, dando-se especial atenção ao aluno que demonstrar a necessidade de resgatar a autoestima. (Fragmento retirado do tópico “**Os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**” do PPP da escola investigada, página 27).

Propor alternativas metodológicas de atendimento à diversidade de necessidades e de interesses dos alunos. (Fragmento retirado do tópico “**Atribuições específicas da área de atuação do diretor da escola**” do PPP da escola investigada, página 41).

Nos trechos acima citados é notório que o respeito à diversidade é um dos direitos que está garantido no PPP, incluindo desde diversidade cultural até alunos com deficiência. Vale a pena destacar, que o diretor tem papel fundamental no processo inclusivo visto que uma de suas atribuições é garantir o atendimento a todos os alunos.

Nesse contexto destaca-se a importância da gestão escolar, quer seja no seu papel administrativo ou em sua organização pedagógica. Segundo [Mittler](#) (2003), a inclusão implica em mudanças nas escolas em termos de currículo, avaliação pedagógica, além de basear-se em um sistema de valores que faz com que todos se sintam acolhidos e celebrando a diversidade. Assim, integrar a diversidade é favorecer a convivência de realidades plurais de necessidades diferentes que enriqueçam a instituição ([IMBERNÓN, 2000](#)).

Sobre a categoria “diferenças”, segue os trechos destacados no PPP:

[...] respeitar as diferenças, entendendo que cada um tem o seu tempo e ritmo nessa ação contínua de aprender. (Fragmento retirado do tópico “**Avaliação e acompanhamento do projeto de trabalho**” do PPP da escola investigada, página 49).

[...] a aceitação e o reconhecimento das diferenças [...].  
(Fragmento retirado do tópico “**Desafios da escola**” do PPP da escola investigada, página 67).

As duas categorias citadas até então não deixam de estarem atreladas, pois o grande desafio da educação atualmente é acolher a diversidade e lidar com as diferenças. Com isso, é essencial que a escola e seus membros, criem oportunidades para a convivência real com os sujeitos, investindo nas relações interpessoais onde a diferença seja, antes de tudo, reconhecida como um atributo humano ([D'ÁGUA, 2011](#)). De acordo com [Oliveira e Leite](#) (2007), é necessário levar em consideração as diferenças de cada um, posto que perante as limitações o ritmo de aprendizagem não é equivalente. Assim, respeitar o tempo do outro é respeitar a própria diversidade que constitui esse cenário.

Cabe salientar que infelizmente as intolerâncias devido às diferenças existem, entretanto, uma das ações presentes no PPP analisado é promover estratégias pedagógicas de superação das formas de discriminação, preconceito, exclusão social e prática de *bullying*.

A categoria “inclusão” está presente um trecho no PPP, mais especificamente ao fazer uma descrição analítica dos principais processos de gestão, onde ao conceituar gestão pedagógica destacam processos e práticas para assegurar a aprendizagem dos alunos e dentre essas práticas são evidenciadas as políticas de inclusão com equidade.

Com relação à categoria “materiais didáticos” os trechos destacados foram:

Organizar e selecionar materiais adequados a diferentes situações de ensino e aprendizagem. (Fragmento retirado do tópico “**Competência dos professores coordenadores**” do PPP da escola investigada, página 44).

Organizar e disponibilizar os materiais didáticos, impressos ou em DVDs, e dos recursos tecnológicos, disponibilizados na escola com plena adequação às diferentes situações de ensino e de aprendizagem dos alunos e as suas necessidades individuais. (Fragmento retirado do tópico “**Plano de trabalho-Professor Coordenador Pedagógico do Ensino Médio**” do PPP da escola investigada, página 51).

Auxiliar e incentivar o uso dos materiais pedagógicos e colocar todo o acervo à disposição para o trabalho pedagógico dos

professores. (*Fragmento retirado do tópico “Plano de trabalho- Professor Coordenador Pedagógico do Ensino Médio” do PPP da escola investigada, página 53*).

[...] se os materiais didáticos são apropriados, se a relação aluno-professor é produtiva. (*Fragmento retirado do tópico “Metas e ações da unidade escolar” do PPP da escola investigada, página 68*).

A disponibilização de materiais didáticos, principalmente para os alunos com deficiência, é de extrema importância e, como foi possível observar nos trechos citados, esta é uma função de vários membros da escola, tais como professores, coordenadores e coordenadores pedagógicos. Em muitas situações, e dependendo da deficiência, os materiais devem ser adaptados. Porém, [Carmo](#) (2009) destaca que os materiais disponíveis para pessoas com deficiência e, principalmente, para as pessoas com deficiência visual ainda são muito escassos e a falta destes materiais tem comprometido o ensino.

Dessa forma, a escola deve ter uma atenção especial para essa questão e a iniciativa dos profissionais de diversas áreas que vão fazer a diferença no processo de ensino e aprendizagem dos alunos de inclusão. No ponto de vista de [D'Água](#) (2003), é evidente que as questões referentes aos alunos com deficiência na escola comum carecem ainda de discussões em vários aspectos, inclusive na provisão de recursos humanos e de recursos materiais.

Na categoria “necessidades especiais” os trechos encontrados nos tópicos são:

A Equipe Gestora, sempre que necessário, observará as necessidades especiais dos alunos, entrando em contato com os pais ou responsáveis, orientando a procurar um profissional da saúde, para uma avaliação diagnóstica, contribuindo assim no processo de ensino aprendizagem. Desta forma a escola estará colaborando para a inserção desse aluno especial na sociedade. (*Fragmento retirado do tópico “Expectativas dos professores em relação ao papel na construção de cidadãos” do PPP da escola investigada, página 38*).

No processo de formação dos professores nas ATPCs, será dada ênfase ao estudo [...] para a formação docente. Temas como: [...], alunos com necessidades especiais [...]. (*Fragmento retirado do tópico “Metodologia” do PPP da escola investigada, página 49*).

Os alunos portadores de necessidades especiais de aprendizagem frequentarão classe comum. (*Fragmento retirado do tópico “**Organização curricular na forma de agrupamento**” do PPP da escola investigada, página 74*).

A gestão escolar também tem papéis para serem cumpridos no âmbito da inclusão, deste modo é sabido que para os alunos serem incluídos a obrigação não é apenas do professor, mas da equipe escolar como um todo. Nas palavras de [D'Água](#) (2011), o espaço de gestão na educação, quer seja dos sistemas de ensino, ou das unidades escolares, se caracteriza por ambientes privilegiados para a construção de oportunidades inclusivas.

A formação dos docentes também é um dos temas mais abordados na literatura especializada, pois este profissional deve estar preparado para lidar com a diversidade em sala de aula. Assim [Sant'Ana](#) (2005) complementa, destacando que a educação inclusiva implica em um ensino adaptado às diferenças e às necessidades individuais, onde os educadores precisam estar habilitados para atuar de forma competente junto aos alunos inseridos.

A última categoria, “sala de recursos”, foi referenciada uma vez no PPP, ao realçar os projetos de propostas pedagógicas da escola. Dentre esses projetos tem-se “Conservação e Preservação do Ambiente Escolar” e no público alvo destaca que todas as séries estão envolvidas na manutenção e organização da escola, inclusive a sala de recursos.

## **Conclusão**

Um dos grandes desafios da educação atualmente é acolher a diversidade no ambiente escolar, em contrapartida essa nova realidade exige mudanças, mas primeiramente é primordial compreender os aspectos que envolvem a educação na diversidade. Para que isso ocorra, é preciso buscar estratégias, propondo relações interpessoais mais amplas e intensas, assim o PPP possibilita o estreitamento de laços e, principalmente, a possibilidade de um ensino igualitário em meio às diferenças.

Posto isto, foi possível observar que o PPP analisado contempla a diversidade e principalmente o respeito às diferenças, sendo este considerado um dos desafios a ser vencido pela escola, seja com relação aos aspectos culturais, sociais, econômicos e com alunos com deficiência. As funções dos membros são anunciadas tanto para diretores, vice-diretores, quanto para

coordenadores pedagógicos e professores. Além disso, a formação docente também é destacada, sendo este considerado um dos fatores importantes, pois os professores necessitam de um preparo para lidar com a pluralidade.

Portanto, as políticas públicas e o PPP, que não deixa de ser um projeto político pode ser um desencadeador de ações que promovam a inclusão e essa possibilidade, a partir do documento analisado, foi possível vislumbrar nas categorias selecionadas. No entanto, a sensibilidade é um dos atributos essenciais para que as ações estabelecidas sejam colocadas em prática, para que todos tenham acesso a uma educação de equidade.

## Referências

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, 1977.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Ed. 70, LDA, 2009.

BRASIL. Casa Civil. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Disponível em: <<https://goo.gl/HwJ1Q>> Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Casa Civil. *Diretrizes e bases da educação nacional - LDB*, 1996. Disponível em: <<https://goo.gl/3YQoF>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais*. 1994. Disponível em: <<https://goo.gl/aJbxeD>> Acesso em: 27 jan. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2007. Brasília. Disponível em: <[http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica\\_nacional\\_educacao\\_especial.pdf](http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf)>. Acesso em: 27 jan. 2017.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. K. *Investigação em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

CARMO, W. R. *Cartografia tátil escolar: experiências com a construção e materiais didáticos e com a formação continuada de professores*. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Física) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

D'ÁGUA, S. V. N. *Sob o prisma da inclusão, desvelando a exclusão*. 2003. 183 f. Dissertação (Mestrado em Educação e Currículo). Pontífice Universidade Católica de São Paulo, PUC, São Paulo, 2003.

[D'ÁGUA, S. V. N.](#) A formação docente frente a diversidade e a inclusão: desafios a serem repensados. In: *Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores*. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2011. p. 4713-4725.

[GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. L.](#) Políticas Educacionais e a formação de professores para a Educação Inclusiva no Brasil. *Caderno do Programa de Pós-Graduação em Educação*, n. 1, p. 134- 141, 2003.

[GONSALVES, E. P.](#) *Conversas sobre a iniciação da pesquisa científica*. Campinas, SP: Editora Alinea, 2001. 79 p.

[GUSMÃO, N. M. M.](#) Desafios da diversidade na escola. *Mediações-Revista de Ciências Sociais*, v. 5, n. 2, p. 9-28, 2000. Disponível em: <<https://goo.gl/7nw1vR>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

[IMBERNÓN, F.](#) *A Educação no Século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2000. Amplitude e profundidade do olhar: a educação ontem, hoje e amanhã. Porto Alegre: Artmed, 2000.

[LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A.](#) *Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

[MANTOAN, M. T. E.](#) *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

[MENDES, E. G.](#) A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, São Carlos, v. 11 n. 33, p. 387- 559, set./dez. 2006. Disponível em: <<https://goo.gl/fU1AEK>>. Acesso em: 27 jan. 2017.

[MITLLER, P.](#) *Educação inclusiva: contextos sociais*. Tradução Windyz Brazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

[OLIVEIRA, A. S.; LEITE, L. P.](#) Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*. Rio de Janeiro, v.15, n. 57, p. 511-524, out-dez, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/B4gkC4>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

[ROPOLI, E. A.; et al.](#) *Educação Especial na perspectiva da Inclusão Escolar: A escola comum inclusiva*. In: Ministério da Educação-Secretária de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010. p. 52.

[SANTOS, M. T. C. T.](#) *O Projeto Político - Pedagógico, Autonomia e Gestão Democrática*. In: Ministério da Educação-Secretária de Educação Especial. Universidade Federal do Ceará. Brasília, 2010. p. 11-17.

[SANT'ANA, I. M.](#) Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 2, p. 227-234, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/zUaHHH>>. Acesso em: 30 de jan. 2017.

[SOUZA, F. D.](#) *Análise do Projeto Político-Pedagógico: o movimento em direção a uma escola inclusiva*. 2009. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação na

área de concentração: Educação Especial no Brasil) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília. 2009.

[VASCONCELLOS, C. D. S.](#) *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 12. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2009. 213 p.

[VEIGA, I. P. O.](#) *Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva*. In: VEIGA, I. P. *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1995.

*Recebido em 09 de julho de 2017*  
*Aprovado em 17 de julho de 2017*

Para citar e referenciar este artigo:

FLORES, Andrezza Santos; D'ÁGUA, Solange Vera Nunes de Lima; GONÇALVES, Harryson Júnior Lessa. Perspectivas da Educação Inclusiva a partir do Projeto Político Pedagógico. *InFor, Inov. Form., Rev. NEaD-Unesp*, São Paulo, v. 3, n. 1, p.20-34, 2017. ISSN 2525-3476.

Nota de fim de página

---

<sup>1</sup> Este artigo é resultado de trabalho selecionado e premiado no 6º Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações ([SEIA](#)) e no 4º Simpósio Internacional de Educação a Distância (SIEaD) enquanto trabalho acadêmico inscrito no eixo Educação Inclusiva. O evento foi realizado na Unesp, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente-SP, de 21 a 24 de maio de 2017. A realização do evento foi do Centro de Promoção para a Inclusão Digital, Educacional e Social (Cpides), do Núcleo de Educação a Distância (NEaD/Unesp) e da própria Unesp.